

FECHE A PORTA ATRÁS DE SI: A MEMÓRIA E O HORROR EM K., DE BERNARDO KUCINSKI

LOCK THE DOOR BEHIND YOU: MEMORY AND HORROR IN K., BY BERNARDO KUCINSKI

Danielle Barbosa¹

Resumo: Com o intuito de explorar algumas reflexões sobre o romance *K. – relato de uma busca* de Bernardo Kucinski (2011). Este texto apresenta, em um exercício de narrador presente, a relação entre dualidades: os dois narradores possíveis – o autor Kucinski e o pai K., a relação entre lembrar e esquecer, a relação entre memória e reminiscência e a movimentação cíclica entre luto e culpa, proporcionada pelo ciclo de vida e morte que perpassa a narração dos fatos e das ações em contextos de experiência da violência institucional. Tem-se como elemento principal a proposição de que o caráter autoritário da ditadura brasileira apresenta aspectos que permitem, em uma análise psicanalítica, localizar elementos narcísicos e relacionados com o Complexo de Édipo não resolvido e a transposição do recalcado para a esfera pública. Na construção da memória testemunhal, a trajetória vai desde o estudo da condição humana, passando pela construção do narrador e pela análise a partir dos estudos metapsicológicos de Sigmund Freud, objetivando lançar luzes sobre o movimento de lembrar a partir da vivência, da reminiscência, colocar a experiência sob o olhar da memória – coletiva, compartilhada, histórica – e, por fim, esquecer no campo íntimo sem apagar a inscrição dos efeitos dessa memória. *K.*, ficção e autobiografia, oferece uma importante contribuição testemunhal aos fatos ocorridos durante a ditadura brasileira de 1964, ao mesmo tempo em que busca resolver as questões íntimas de uma família em uma busca sem fim.

Palavras-chave: memória; psicanálise; testemunho.

¹ Doutoranda em Teoria e História Literária na Universidade Estadual de Campinas. Mestrado em Teoria e História Literária na mesma instituição, em Teoria e Crítica Literária. Graduada em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Psicanalista e pesquisadora do Grupo U-TOPOS: <d980935@dac.unicamp.br>.

Abstract: Visiting some reflections on *K. – a search report* (2011) by Bernardo Kucinski, the following text presents, as an exercise of present narrator, the relationship between dualities: the two possible narrators – Kucinski, the author, and K., the father; the relationship between recollecting and forgetting; the relationship between memory and reminiscence and the cyclical movement between grief and guilt, provided by the life and death cycle that is told throughout the narration of facts and actions in the context of institutional violence. It is considered that the authoritarian character of the Brazilian dictatorship presents elements that allow, in a psychoanalytical view, the location of narcissistic elements related to unresolved Oedipus Complex and the transposition of the repressed to a public knowledge. The path that goes from the study of the human condition, through the construction of the narrator and analysis from the metapsychological studies of Sigmund Freud, aiming to shed light on the movement of recalling from experience, from reminiscence, placing the experience under the light of memory – be it collective, shared or historical – and, finally, the ability to privately forget without erasing the inscription of the effects of that memory. *K.*, fiction and autobiography, offers an important testimonial contribution to the events that occurred during the 1964 Brazilian dictatorship, at the same time that it seeks to resolve the intimate issues of a family in an endless search.

Keywords: Memory; Psychoanalysis; Testimony.

“A memória e a consciência pertencem a sistemas incompatíveis,
e uma excitação não pode, no mesmo sistema,
tornar-se consciente e deixar traços mnêmicos,
o que significa que quando uma excitação externa é captada,
de forma consciente, pelo sistema percepção-consciência,
ela por assim dizer se evapora no ato mesmo da tomada
de consciência, sem ser incorporada à memória.
É o que Freud, ainda segundo Benjamin, resume na fórmula
de que ‘a consciência nasce onde acaba o traço mnêmico’.”
(Sérgio Rouanet, *Édipo e o anjo: itinerários Freudianos em Walter Benjamin*)

INTRODUÇÃO: MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Esquecer e lembrar são mecanismos que permitem às relações intersubjetivas encontrar as coisas do mundo e reagir a elas conforme se apresentem. Da mesma forma, esquecer e lembrar promovem um ciclo de intercâmbio de experiências, no qual a transmissão da memória estabelece, em grande parte, o modo como as intersubjetividades identificam e performam o mundo. Essa *performance* gera efeitos, mas também pode ser percebida como efeito, ela mesma, de uma *performance* anterior, acessada no ato de lembrar. A memória, então, apresenta uma característica funcional, qual seja, a de oferecer fundamento, alicerce e conteúdo para a narração da experiência anterior – isso se observamos do ponto de vista do ato de lembrar: a memória, quando acessada na reminiscência presente, organiza e oferece sentido à experiência anterior.

Quando lembramos, não acessamos a informação específica que permitiria a compreensão da experiência, e esse fato não permite a completude no ciclo, a qual levaria a memória baseada na experiência anterior até o seu consciente narrativo, onde a experiência encontra seu espaço de resolução e transmissão. Não sendo, porém, exata, a memória não se transmite como fotografia de um real passado, mas como uma versão que fala não apenas da experiência, como também de seus laços psíquicos.

Nesse contexto de reflexão sobre as relações entre memória, consciência e esquecimento, analisaremos a obra *K. – relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, publicada em 2011 e cujo jogo oscilante entre autobiografia e ficção também se traduz na interlocução entre lembrar e esquecer. As constantes contradições entre culpa e luto se somam a essas relações duais, de forma a tornar instigante uma breve investigação sobre o acesso à memória a partir da experiência e, da mesma forma, da transmissão da memória por meio da percepção da experiência coletiva e da individuação dos efeitos dessa memória. Assim, a partir do contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985), a trama expõe a dor da memória enterrada, mas não apaziguada – as ferramentas narrativas movimentadas por Kucinski levantam importantes questões sobre a natureza e as origens da memória, o papel do narrador e sobre o acesso do consciente aos mecanismos do lembrar – e do esquecer. Dessa relação, surge a necessidade de reparar e reelaborar os conteúdos mnêmicos para que tanto a dor individual quanto a memória oriunda da experiência coletiva encontrem um espaço de resolução.

MEMÓRIA E CULTURA

Seguimos o caminho da relação entre memória, esquecimento e os mecanismos psíquicos de acesso ou de apagamento. É nesse sentido que a teoria psicanalítica oferece importante contribuição para as questões que aqui se introduzem. Uma dessas questões diz respeito à relação entre a memória e a narração – ou, ainda, ao modo como a experiência se manifesta na narração e à atuação da memória como mediadora da transformação da experiência em discurso. Da mesma forma, o papel do esquecimento – e, igualmente, do apagamento – é fundamental para a construção dos meandros da narração; porém, não sem a apresentação de como a tríade memória, esquecimento e apagamento está relacionada com a teoria psicanalítica de Sigmund Freud. Isso nos leva a uma questão capital: a narração a partir da experiência considera os pilares da condição

humana e da vivência histórica em sua relação com o mediador memória, que, por sua vez, aciona os mecanismos de lembrar e esquecer. Assim, cada episódio mnêmico necessariamente se relaciona com as expectativas de *performance* e experimentação intersubjetiva.

Hannah Arendt (2007, pp. 10-11), em *A condição humana*, oferece uma importante definição que vem ao encontro da compreensão sobre a relação entre memória e experiência, quando afirma que

Além das condições sob as quais a vida é dada ao homem na Terra e, em parte, a partir delas, os homens constantemente criam suas próprias condições, produzidas por eles mesmos, que, a despeito de sua origem humana e de sua variabilidade, possuem o mesmo poder condicionante das coisas naturais. O que quer que toque a vida humana ou mantenha uma duradoura relação com ela assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. Por isso os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. Tudo o que adentra o mundo humano por si próprio, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana. O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante.

A compreensão acerca da produção a partir da cultura ou, ainda, das condições criadas pelo homem para estabilizar a própria condição também é demonstrativa de como os indivíduos são capazes de revelar suas singularidades (o *quem sou*), distintas de suas subjetividades (o *que sou*), como a primeira grande questão posta pela humanidade com relação à existência e à diferenciação daquilo que há no espectro do humano, do possível, em contraste com aquilo que há no espectro do sagrado, do divino. E na revelação, enquanto se engajam esses dois aspectos na fala e na ação, não pode haver certeza de qual natureza do eu será ali revelada, de forma retrospectiva, ou seja, na narração – espaço onde sua identidade irá se tornar manifesta. Ainda em Hannah Arendt (2007, p. 10), “a ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança [remembrance], ou seja, para a história”.

Nesse sentido, a história busca imprimir no processo sua importância como elemento presente e dinâmico da narrativa. Na verdade, o que retiramos daí se torna uma das afirmações mais importantes de *A condição humana*: o significado da ação em si depende da articulação retrospectivamente dada a ela por historiadores e narradores, o que implica a necessidade da catarse e, portanto, da presença de um coletivo que se inclui na narrativa. Tal movimento é possível com a assunção

de que lembrar a experiência anterior significa transformar em ação o movimento de acesso à memória bem como considerar que esse acesso não constitui um processo consciente, ainda que a ação que dali se origina irá se traduzir em uma *performance* consciente.

A trama narrativa é vista por Arendt (2007, p. 187) na montagem que se forma a partir da ação do indivíduo no mundo da vida, como elemento central, e elabora seu significado e sua importância na “ajuda do artista, de poetas e historiadores, de escritores e construtores de monumentos, pois, sem eles, o único produto de sua atividade, a história que eles vivem e encenam, não poderia sobreviver”. O mediador-coletor da reminiscência a transforma memória, o que permite que a experiência anterior se torne significativa tanto para o sujeito que produz a narrativa quanto para seu receptor. As construções de significados, então, passariam a apresentar-se como aspecto dialógico da transmissão da memória, esta que, por sua vez, passa a ser construída a partir do duo lembrar-esquecer. Somente quando a ação (*performance*) percorreu um determinado curso e após sua interação com um combinado de outras ações, seu significado pode ser manifestado plenamente e incorporado a uma narrativa, histórica ou ficcional, em um tempo já distante do momento de produção.

É necessária, porém, a existência da plateia, ou seja, da criação de uma audiência receptiva para a transformação da ação em discursos e do discurso em real. A audiência seria, então, a representação de uma comunidade de memória (ARENDR, 2007, p. 201) que oferece apoio ao narrador, na contação da experiência anterior. É dessa maneira que se torna possível introduzir o componente coletivo no conceito de memória – a *polis*, como espaço de cidadania, possibilitava exatamente a disseminação do discurso. O objetivo dessa disseminação encontra a motivação das palavras aqui escritas: o uso da experiência prévia no discurso com fins pedagógicos (como o caso da tragédia), onde cada cidadão possa ser uma testemunha e, portanto, um narrador em potencial. O que a *polis* estabeleceu, então, foi um espaço onde pudesse ocorrer a lembrança organizada e, com isso, a mortalidade e a fragilidade da condição humana pudessem ser paulatinamente superadas. Por meio do aprendizado coletivo, o destino compartilhado poderia ser reescrito e possibilitar o surgimento de novos narradores (ARENDR, 2007, p. 209), repetindo-se, assim, o ciclo de contação e propagação das memórias.

K. E O HORROR EM NARRAÇÃO

O panorama apresentado em *A condição humana* necessita do fator cultura como elemento formador dos meios de constituição e transmissão da memória via discurso. Este último – o discurso – é primordial como veículo de revelação da experiência anterior (ARENDETT, 2007, p. 191). No âmbito do discurso, a chave argumentativa está na presença do narrador como transmissor de uma memória construída coletivamente. Walter Benjamin situa o problema da memória no momento da transmissão da experiência anterior, quando a ela constitui choque ou quando o desafio se encontra na comunicabilidade do evento experimentado. É o caso da experiência da guerra, cujo conteúdo essencial é perturbador tanto no nível da singularidade – quem somos em nossa materialidade – quanto no da subjetividade – o que somos em ações e no propósito da existência –, tornando-se uma experiência de construção coletiva. Em *O narrador*, Benjamin (1987) aborda o problema da construção consciente da memória, utilizando como fundamento a experiência transmitida pela narração. O acesso ao passado histórico e o acesso ao passado mnêmico se encontram na curva esquecimento-lembrança, admitindo-se que a experiência anterior está alijada do campo subjetivo da vivência, mas que se encontra associada à singularidade. Na completude do argumento, é necessário compreender a experiência de um ponto de vista cultural, já que a memória tem sua existência na adesão coletiva. Dessa forma, uma percepção de cultura pode ser encontrada no verbete culturalismo do *Dicionário de Psicanálise* de Roudinesco e Plon (1998, p. 140), como oferecimento de uma abordagem psicanalítica da cultura:

Através desse termo designam-se as tendências da antropologia que procuram descobrir, na diversidade das culturas, dos comportamentos, das atitudes, das mentalidades e dos costumes, uma explicação para o homem que se fundamente na diferença e no relativismo, questionando o universalismo próprio dos grandes sistemas de pensamento oriundos da tradição do saber ocidental.

A narração permite, para além do romance (BENJAMIN, 1987, p. 202), a identidade coletiva e a adesão aos elementos culturais de constituição das memórias coletivas. O exercício aqui proposto leva em consideração o romance *K.* em seus contextos políticos – a experiência que gera a narrativa é uma imagem da experiência coletiva. Mas é igualmente interessante analisar a gênese da experiência e sua relação com a

constituição dessa coletividade como substrato narrativo. Os eventos de repressão à participação política e às liberdades individuais, a prisão e os desaparecimentos de insurgentes, bem como as estratégias de precarização das condições de mobilidade social e econômica proporcionaram ao poder vigente a elaboração de uma verdade assumida, ou ainda, uma fantasia ideológica que fosse justificadora dos excessos e violências institucionais.

No ambiente da fantasia, a tortura e o horror se justificam em seu fim repressor e, ao mesmo tempo, na garantia de uma espécie de prazer narcísico na adesão coletiva ao horror apresentado (LACAN, 1998[1966], p. 483). Esse foi o caso, em distintas proporções e características, da ação do nazismo contra os judeus, bem como da repressão militar no Brasil, no sentido de que o elemento de criação da fantasia, no qual a justificativa do horror está em uma intrincada narrativa que busca alimentar a adesão à elaboração de um conteúdo mnêmico autoritário que compense a falta estrutural individual.

Seguindo o caminho da análise da memória da experiência em *K.* na dualidade *lembrar* e *esquecer*, é preciso, em primeiro lugar, situar o enredo na fantasia autoritária. Por um lado, dentro de uma concepção weberiana-kelseniana, o monopólio da violência não se constitui em ações aleatórias ou sem sentido. Mesmo em regimes constitucionais, a tolerância a áreas onde as ações são dirigidas pelo objetivo de proporcionar terror é parte de sua organização política e manutenção das tensões sociais. Assim, eventos como a sistemática inobservância aos direitos de certas minorias seriam tolerados como eventos presentes nas democracias modernas como instrumento de manutenção das estratégias de dominação e controle (PINHEIRO, 1996, p. 197). No entanto, no caso dos governos autoritários o uso de tais mecanismos não se faz necessário quando o Estado possui o monopólio irrestrito da violência.

O que resulta do autoritário é a necessidade de regular a aflição da consciência por meio do esquecimento. Dessa forma, em Benjamin (1987), a experiência que se relaciona à violência extrema, à tortura e à guerra constituem eventos cuja narração chega a se impregnar de impedimentos comunicativos.

Não se notou, ao final da guerra, que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável? E o que se derramou dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca (BENJAMIN, 1987, p. 214).

A incomunicabilidade viria do choque, em que o narrador, preso no âmbito da vivência da experiência, estaria incapaz de transformar a memória da experiência em um elemento de agregação para a *polis*. Não havendo a possibilidade de comunicar o choque da experiência totalitária, ela se torna silenciosa ou fragmentada, até que os mecanismos facilitadores da transmissão (linguagem) tornem possível o entendimento do horror. Nesse sentido, a narração é um ato da vida, mais complexo e mais difícil de ser expresso quanto maior a proximidade da morte.

Seria possível, nesse contexto, pensar a posição do narrador Bernardo Kucinski, o irmão (de Ana Rosa, no romance, A. ou simplesmente “filha”). Em sua abertura, a observação “Caro leitor,/ Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (KUCINSKI, 2014, p. 7) oferece um indício de onde estaria esse narrador no conhecimento da experiência de Majer. O romance é narrado por alguém que acompanha Majer, o pai, com intervenções deste, sendo, assim, a narração marcada pela oscilação da pessoa narrativa e também pelo desenvolvimento do mistério. É do pai que chega a informação sobre as cartas do banco, as quais se acumulam (pp. 10-12); é do pai que chega a dúvida sobre o endereço que constava nas cartas (p. 11). O processo de transferência, no qual, segundo Freud (1996b[1940]), a projeção do passado é parte constituinte do processo curativo da neurose presente, pode aqui ser compreendido como parte da estratégia de solução entre a dualidade pai *versus* filho-irmão:

Outra vantagem ainda da transferência é que, nela, o paciente produz perante nós, com clareza plástica, uma parte importante da história de sua vida, da qual, de outra maneira, ter-nos-ia provavelmente fornecido apenas um relato insuficiente. Ele a representa diante de nós, por assim dizer, em vez de apenas nos contar. E, agora, o outro lado da situação. Uma vez que a transferência reproduz a relação do paciente com seus pais, ela assume também a ambivalência dessa relação. Quase inevitavelmente acontece que, um dia, sua atitude positiva para com o analista se transforma em negativa, hostil. Também isso, via de regra, é uma repetição do passado. Sua obediência ao pai (se se tratar do pai), sua corte para obter as simpatias deste, tem raízes num desejo erótico para ele voltado. Numa ocasião ou noutra, esta exigência pressionará seu caminho no sentido da transferência e insistirá em ser satisfeita (FREUD, 1996b, p. 113).

A autoria se torna compartilhada, isto é, um escritor-narrador transfere a memória ficcional a outro, igualmente participante dela, mas também produtor da ação-experiência e igualmente sujeito do esquecimento. Bernardo, o autor, se apaga na narrativa e transfere para o pai real e fictício a voz da comunicação da experiência, que chega repleta de singularidades e subjetividades. Essa transferência deveria oferecer o estímulo para a

resolução do choque, se não esbarrasse em três importantes aspectos interpretativos:

O autoritarismo representa o espaço onde a fantasia de elaboração do horror, não obstante seu aspecto coletivo, tem direto acesso aos conteúdos subjetivo-individuais para que seja satisfeita a necessidade de ordem. Uma das questões mais presentes na contemporaneidade é: Como compreender o sujeito que adere à barbárie e a alimenta, tanto em seu entorno como em sua psique? Ao sairmos da esfera da compreensão subjetiva dos afetos que nos são proporcionados por tal problema, podemos encontrar no Édipo não superado, incompleto, uma chave interpretativa possível, fundamentada na marca inconsciente deixada pelo Complexo (FREUD, 1996a[1920]). Assim, a memória criada pela primeira experiência infantil se ressignifica na ação e no discurso de ódio.

A resolução das tensões adjacentes ao choque na sublimação da culpa. Majer expressa sua culpa em duas direções muito significativas. A primeira, a culpa por não haver reconhecido os sinais do estresse proporcionado pela militância de A., ou ainda, a frustração na *performance* do papel de protetor, socialmente atribuído à figura paterna e muito característica das composições familiares estendidas ocidentais. Da mesma maneira, Majer manifesta uma outra culpa, que muito nos interessa aqui – a culpa por não haver feito germinar a memória da filha. “Quando deparou com fotografias da filha em situações e cenários que nunca imaginara, percebeu de novo o quanto da vida dela ignorara e ainda ignorava” (KUCINSKI, 2014, p. 114); “A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais” (p. 167). A expectativa da *singularidade Majer*, aliada à *subjetividade pai*, cria uma imagem esperada – o que, na teoria psicanalítica de Freud, seria o produto da elaboração dos signos culturais, de uma ética preexistente e do ideal do eu [ich-ideal], mecanismos de preservação do supereu [Über-ich] (FREUD, 1996a, p. 47) –, que, em linhas gerais, é frustrada pela quebra da expectativa do comportamento esperado no papel de pai (ideal do eu) e pelo choque na realidade do apagamento da experiência da filha em um regime autoritário (p. 55). A culpa também pode, segundo Freud (1996e[1930]), ser uma manifestação do luto, da necessidade de apaziguamento da experiência.

O luto pode ser compreendido como parte importante da criação da memória funcional. No romance, o trecho “A própria filha, em carta a uma amiga, refere-se à atividade do pai: ‘ocupa-se cada vez mais dos seus

amigos escritores. [...]. Acabou a família e para ele só existe agora o iídiche. Refugia-se no iídiche” (KUCINSKI, 2014, p. 49). Aqui, cabe igualmente a metáfora da ausência substitutiva: o narrador se retira,² protegendo-se dos efeitos da arqueologia narrativa. E o narrador ficcional, como mensageiro, fica responsável por promover a guinada na narrativa. Não se procurava mais uma mulher desaparecida, mas um corpo para ser sepultado.

K. sente com intensidade insólita a justeza desse preceito, a urgência em erguer para a filha uma lápide, ao se completar um ano de sua perda. A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo de seus olhos (KUCINSKI, 2014, p. 78).

O romance atinge seu clímax na identidade da perda. A filha, sem a *matzeivá*,³ seria apagada, e a memória de suas ações, esquecida. Outra dualidade se apresenta: a culpa permitiria solucionar a falha em construir a memória compartilhada na vivência da filha, compensada por ela pela luta na recuperação da memória histórica na experiência da militância e na experiência da fantasia autoritarista; mas, ao mesmo tempo, havia a necessidade de desfazer-se do objeto e aceitar sua perda. Freud (1996d[1917]) aborda, em *Luto e melancolia*, a temática da perda do objeto do afeto como forma de construção e manutenção do eu. O eu deve se identificar com o objeto perdido e, dessa forma, o processo de denúncia da dor da perda é o processo de denúncia do próprio eu, que se torna espelho do objeto. K. precisa da *matzeivá* para a separação entre o eu e o objeto *filha*, para que a busca assumida deixe de ser a busca pela construção tardia de uma memória desanexada da vivência.

Dessa forma, a transferência passa do narrador-irmão para K.; e deste para a *matzeivá*. O simbolismo da pedra está no encerramento. A *matzeivá*

² Os mecanismos de defesa de deslocamento e de sublimação tomam grande importância no movimento de retirada do narrador. O deslocamento permite que a narração se aproprie dos efeitos negativos das tensões acumuladas por meio da experiência e os direcione à plateia. Os efeitos desse movimento são positivos para o equilíbrio das pulsões e para que seja igualmente satisfeita a sublimação das emoções geradas no luto em direção à resolução da memória. Para Freud (1996b[1937], p. 172), esse movimento geraria uma representação imperfeita, ainda que o eu se mantenha íntegro, mas não intocado.

³ A *matzeivá*, ou pedra tumular, é colocada no local do sepultamento para marcar o lugar do luto. Segundo essa tradição, uma vez coberto com a ela, o indivíduo ali sepultado terá sua memória preservada, o que permite a permanência do indivíduo na cultura judaica, pois é nessa inserção que a existência encontra seu sentido.

é colocada geralmente após o primeiro ano do falecimento, prevenindo a) a ostentação do que se foi em vida daquilo que separa os sujeitos na representação da riqueza; b) a profanação do túmulo, garantindo a perpetuação do laço com a linhagem; c) o esquecimento dos elementos da cultura, que mantêm a coesão entre os sujeitos da cultura judaica; e d) o esquecimento da memória e de sua inscrição no mundo. Assim, o que está na esfera simbólica do encerramento encontra aquilo que pertence à esfera simbólica cultural.

Desolado pela falta da *matzeivá*, ocorreu então a K. a ideia de compor um pequeno livrinho em memória da filha e do genro. Uma lápide na forma de livro. Um livro *in memoriam*. Isso também se fazia de vez em quando na Polônia, embora sem substituir a *matzeivá*. Comporia um folheto de umas oito ou dez páginas, com fotografias e depoimentos das suas amigas, imprimiria cem cópias e as entregaria de mão em mão para toda a família, os conhecidos e as amigas; mandaria aos parentes em Eretz, Israel (KUCINSKI, 2013, p. 82).

A resolução do luto de K. representa a resolução de um problema de inserção na cultura, de manutenção da ancestralidade e, essencialmente, um problema da memória. A decisão de colocar ou não a *matzeivá*, entretanto, não pode ser solucionada por K. O corpo ausente não lhe permite realizar isso. Corpo e memória ausentes, a resposta encontrada foi a elaboração do livro como memorial – resposta da ficção aos dois narradores para que fossem evitados tanto o esquecimento da vivência de A. como o apagamento de sua trajetória como mulher, filha e militante, esta pertencente à História. Assim, a memória se reconecta à cultura e alija a fantasia autoritarista à qual se encontrava atrelada.

O FIM DE K. RECORDAR, REPETIR, ELABORAR

A memória foi amplamente observada por Freud na elaboração da Primeira Tópica de seus ensaios metapsicológicos, onde o desenvolvimento das estruturas psíquicas de consciente, pré-consciente e inconsciente coloca aquele conceito em uma nova dualidade. A memória como lembrança, Freud a relacionou ao inconsciente como algo que não existe de forma simples e não pode ser acessado com objetividade empírica. Para a manutenção da memória psíquica, o aparelho especializou funções receptivas e criativas por meio da absorção do mundo; de conservação, para que seja mantida a memória, ainda que inacessível; e de preservação, permitindo que a memória seja instrumento acessível, de forma a garantir a integridade da psique (FREUD, 1996c, p. 6). Essa memória é

parte constituinte do aparelho psíquico e, juntamente com a linguagem, participa da construção do processo psíquico e interage com outras memórias (como a reminiscência, passível de esquecimento). A linguagem auxilia na transformação, reorganização, representação, modificação e garantia da experiência cultural em contato com as singularidades.

Lembrar e esquecer são parte desse exercício psíquico, não sem dificuldades. Tanto para um como para outro, o aparelho psíquico oferece resistência quanto ao acesso das estruturas mnêmicas. Em *Recordar, repetir e elaborar*, Freud (2010[1914]) ressalta a necessidade da lembrança, ou melhor, do resgate da recordação por meio do acesso do consciente. Trata-se, evidentemente, de um ensaio sobre a linguagem e o recalco, relação que Freud situa no âmbito do acesso e da resistência (pp. 147-149). A resistência não é tão importante quanto o acesso, que permite o ato de recordar. E recordar é a ação do acesso para a produção de um novo projeto com vistas a mudanças na *performance*.

Assim, para Freud, recordar e elaborar são partes constituintes do mesmo momento psíquico. A repetição implica estipular determinados padrões e modos de recordar, utilizando ferramentas de transferência e resistência para que o acesso se realize (FREUD, 2010, pp. 150-151). Por meio da transferência, a experiência anterior se repete no presente – mas a transferência é uma pequena parte da repetição. A outra parte, mais substancial, vem do quanto resistimos à repetição. O elemento intrigante é: quanto maior a resistência, maior será o ato de repetição. A resistência, então, proporcionaria um melhor entendimento do processo de recordar e de como a memória se reflete em sintoma. Elaborar a repetição é ressignificar a recordação – o que Freud chama de reconstrução do passado (p. 155).

Em *K*, essa reconstrução passa pelo paradoxo da fantasia autoritarista – o sentido do apagamento e do enterro dos mortos em vida. O fim do romance se dá por meio da reminiscência da vivência subjetiva, da recuperação da memória histórica e da ressignificação da cultura. *K* visita o presídio do Barro Branco, último recurso na busca pela filha. Debilitado, carrega consigo aquilo que é a memória da sua vivência como preso político, como analogia da memória da repressão. O contato com os presos políticos é o fim de *K*. – a regressão ao sentido da vivência e a percepção da memória compartilhada, coletiva, da *polis* estão no retorno ao iídiche, da imagem da mãe (a *yiddishe mamme* representa a tradição e a cultura), os cigarros e o chocolate (o alívio e a fuga da dor cotidiana e, ao

mesmo tempo, as formas de manutenção da “protoeconomia” simbólica prisional).

Armaram uma roda de cadeiras, K. sentou-se à frente. Depositou no piso a sacola e começou logo a contar a história que já havia repetido tantas vezes. Mas era como se a contasse pela primeira vez. Fitava um preso, depois outro. Tropeçava nas palavras. No meio da fala saíam palavras do iídiche. Repetia como um refrão, *mein tiere techeterl*, minha filhinha querida. Sentia de volta o sotaque dos primeiros dias de Brasil (KUCINSKI, 2013, p. 119).

O colapso de K. e a subsequente morte são narrados ao leitor como a imagem do começo e do fim. A gênese de K. se dá em sua vivência da prisão e dos símbolos; e sua morte na cela, olhando através das grades, evoca a figura da recuperação da imagem perdida, ou da configuração de uma memória da experiência anterior (RICOEUR, 1997, p. 59). Em Arendt (2007) compreendemos que um dos principais problemas da memória da ação é sua efemeridade e a fácil fragmentação de suas partes essenciais, mas em K. compreendemos que seus poucos minutos finais são inscrições do passado no presente, ou seja, a função da memória na representação de um momento congelado no passado e que é sistematicamente repetido – ainda que fragmentado. Ao(s) narrador(es) do romance, o acesso à experiência passa pela recuperação de uma memória que à primeira vista está conectada à vivência, mas que é representativa da *polis* e de suas aflições. E é nesse espírito que nós, leitores, podemos intuir que a morte de K., que buscava encontrar a filha viva para, a seguir, manter sua memória viva, de acordo com os preceitos da tradição israelita, sucumbe entre os mortos em vida – apagados, os prisioneiros políticos, alijados da história escrita em um espaço institucional construído para apaziguar as fragilidades da psique neurótica daqueles que o construíram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A célebre frase de Adorno sobre como seria possível qualquer poesia após Auschwitz segue válida. O século XX foi testemunha da adesão a ideias geradas por uma verdade incorpórea e de pouco fundamento, mas representativa das vozes daqueles que se consideram afastados de seus centros de desejo. Os anos pós-1945 viram nascer, em diferentes culturas, uma sucessão de regimes totalitários e militares cuja exploração da violência institucional serviu como instrumento para a reescritura cruel do poder. Do mesmo modo, expressões de resistência foram surgindo como formas de recuperar e salvaguardar o direito das gentes e a transmissão da

memória histórica e coletiva. A dor, entretanto, de ser um ator em cada uma das histórias de horror se torna a dor do mundo, pois não há como sobreviver a Auschwitz.

Os contos *post-scripta* de K. apresentam ao leitor dois panoramas férteis para uma reflexão sobre como as memórias coletivas do horror são, confirmando a perspectiva benjaminiana, ilhas de história. O primeiro, a chegada de Regina ao narrador e seu questionamento sobre o conhecimento dele sobre Auschwitz, os procedimentos de catalogação e registro da polícia dos campos, as falhas apontadas e sua frustração em contraste com seu desejo de confirmação: para o sobrevivente, a quantificação e a racionalização do sofrimento oferecem um sentido para a experiência, cuja dificuldade de comunicação pode estar localizada na ausência de significados transmissíveis das narrativas. O sobrevivente não vê sua experiência como parte de uma memória compartilhada da dominação e da exploração a partir da centralização dos signos de constituição de uma história feita por poucos. O sobrevivente precisa que sua história responda à pergunta: Por quê?

O questionamento de Regina resgata a relação entre o *por quê?* e o mundo pós-Auschwitz. Ela chega para o encontro levando objetos de confirmação – as fotos da família desaparecida, o livro de Bernardo, dados pesquisados com a ajuda do Instituto Yad Vashem. Não encontrando respostas que a amparassem, ela sai, mas abandona o livro. A perplexidade de Kucinski diante da fala de Regina representa o contraste entre as falas – testemunhal e literária. Maurice Blanchot (2005) aponta a literatura como um espaço cujo tempo circular gera narrativas que buscam o absoluto. A ambiguidade do tempo da experiência em contraste com o desenvolvimento do tempo literário cria um abismo entre aquele que narra a experiência para a *polis* e aquele que a registra. Ante a sensação da rejeição de sua história, Regina abandona o registro – deixa o livro ali, no passeio, como testemunha das diferenças de produto entre a narrativa da experiência (testemunho) e a narrativa ficcional a partir das memórias históricas movimentadas na obra literária.

Um conto seguinte narra as diferentes expectativas entre os afetos do autor da narrativa e da personagem, proprietária da memória afetiva do relato. O conto é a conversa entre Bernardo e uma amiga, que fala sobre a recepção de K. A fala final do romance – “Ainda perguntei: E você, o que achou do livro? – Não consegui ler; tentei, mas tive que parar. E fechou delicadamente a porta atrás de si” (KUCINSKI, 2013, p. 131) – também

chega carregada de símbolos: a resenha sem a leitura, o abandono do livro, o ato final como o “fechar a porta atrás de si”. O sobrevivente deseja fechar a porta, no constante movimento de lembrar para poder esquecer.

A chave psicanalítica neste texto buscou oferecer alguns indícios sobre como os processos de construção da memória coletiva são tão importantes como os processos individuais. As dores do autoritarismo, dos regimes totalitários, das guerras são produtoras de silêncio – daqueles que delas participam, dos que as promovem, dos que as registram. Narrar a experiência anterior da dor para a *polis* é fazer com que essa dor se torne parte da memória histórica, que deve ser compreendida e incorporadas às narrativas originais. Há um preço a pagar – a culpa, a degradação, até que se chegue na reconstrução do passado para a formação daquilo que não deve se repetir. A repetição hostil, já o havia dito Freud, possibilita a repressão da experiência e sua fragmentação, mas tais práticas jamais puderam impedir que o movimento constante de lembrar e esquecer impactasse a formação das singularidades e subjetividades do amálgama sociocultural. A ditadura militar de 1964, com seu aparato repressivo, ainda é geradora de testemunhos, de buscas, confirmações, afirmações, apagamentos, esquecimentos e um constante ciclo de luto e culpa a ser resolvido na narrativa da tragédia da condição humana, aliada como é dos processos de aniquilamento sistemático físico e psíquico.

Esquecer e lembrar são atos políticos contemporâneos, em que as formas de ver e viver o mundo passam pela capacidade de nossa sociedade em guardar suas tragédias como veículo de resistência. Resistir, em um sentido para além do freudiano, como uma forma de assumir o controle sobre os processos pelos quais criamos nossas histórias, narramos nossos passados e reconstituímos nossos ossos partidos. Permanece, entretanto, a pergunta: Por que há, ainda hoje, adesão aos projetos de claro viés destruidor e promotor de contínua violência institucional? Uma resposta para isso poderia vir como adendo ao pensamento Adorno: talvez por não termos sobrevivido a Auschwitz.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FREUD, Sigmund. *Além do princípio de prazer*. In: *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XVIII* (1920). Rio de Janeiro: Imago, 1996a.
- FREUD, Sigmund. *Análise terminável e interminável*. In: *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XVIII* (1937). Rio de Janeiro: Imago, 1996b.
- FREUD, Sigmund. *Esboço de Psicanálise* (1940). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XXIII*. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.
- FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XIV* (1917). Rio de Janeiro: Imago, 1996d.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura* (1930). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XXIII*. Rio de Janeiro: Imago, 1996e.
- FREUD, Sigmund. *Recordar, repetir, elaborar*. In: *Obras completas*. Vol. 10 (1911-1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2010[1914].
- KUCINSKI, Bernardo. *K. – o relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998[1966].
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estado e terror. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 191-204.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Papyrus, 1997.
- ROUANET, Sérgio P. *Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008.
- ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Recebido: 9/3/2021

Aceito: 22/3/2021

Publicado: 22/6/2021